

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

NEILMA DE SOUZA PEREIRA

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: Trabalho do Assistente Social na construção de direitos

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2020

NEILMA DE SOUZA PEREIRA

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: Trabalho do Assistente Social na construção de direitos

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Esp. Pautilia Ferraz Araruna.

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2020

NEILMA DE SOUZA PEREIRA

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: Trabalho do Assistente Social na construção de direitos

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Esp. Pautilia Ferraz Araruna.

APRESENTADA EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Esp. Pautilia Ferraz Araruna
Orientadora

Prof. Mc. Sheyla Alves Dias
1º Examinador

Prof. Esp. Cecília Bezerra Leite
2º Examinador

JUAZEIRO DO NORTE- CE

2020

Dedico esse Trabalho de Conclusão de Curso a minha mãe Neise de Souza Pereira e meu esposo José Ivan Barros da Silva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que sempre esteve ao meu lado durante todas as etapas de minha vida que é fonte de vida e de salvação, pelo dom da vida, criador de todas as coisas e que com o seu amor nos mostra a acreditar em um mundo melhor, com mais amor ao próximo, o teu amor cobre minhas limitações e a tua fidelidade é maior do que as adversidades na minha vida. Obrigado Senhor por me guiar sempre no caminho do bem, e que esteve comigo durante essa caminhada acadêmica.

Agradeço também aos meus pais Neise de Souza Pereira e Neilson de Souza Pereira que na função de orientadores da vida me guiaram sempre nos meus caminhos ensinando a base do amor, agradeço a meu esposo José Ivan Barros da Silva que no papel de companheiro, amigo e amante me deu forças e entendeu minha ausência quando precisei me ausentar para dedicar-me aos estudos.

As minhas amigas e companheiras de lutas e caminhadas Alice, Ana Cleide, Manuella, meu muito obrigada pela força e companheirismo.

A minha orientadora Pautilia Ferraz Araruna por toda atenção, carinho e responsabilidade. Obrigado por ter uma participação especial na minha formação tendo sido minha professora, preceptora de estágio e minha orientadora. Es um grande exemplo de pessoa generosa, amorosa e de profissional dedicada e sempre disposta a atender as demandas postas ao exercício profissional sempre comprometida com o Serviço Social. Agradeço pela paciência e disponibilidade.

A todos que fazem parte do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Que fizeram parte de maneira direta ou indireta da minha formação. Destacando aquelas que marcaram a minha caminhada durante o processo de formação. Márcia Teotonio, Cecília Bezerra, agradeço por todos os ensinamentos vocês tiveram uma grande contribuição para a construção deste trabalho. Obrigado!

Aqueles que contribuíram direta e indiretamente com essa construção de mais um sonho realizado, muito muito obrigada!

“Sonhos determinam o que você quer. Ação determina o que você conquista”.

(Aldo Novak)

RESUMO

O presente estudo monográfico representa uma análise acerca de uma temática que vem ganhando proporções no campo de pesquisas no que concerne a estratégias para o combate a gravidez precoce de adolescentes, sendo esta fase de grande relevância para a construção do período adulto. A gravidez fora da etapa considerada própria caracteriza prejuízos de ordem educacional, física, psicológica, econômica e social. Tem como objetivo geral, Analisar a contribuição do Assistente Social na análise da gravidez precoce, e assim abrir uma discussão sobre os desafios que o adolescente pode enfrentar, de modo a envolvê-los com o processo decisório de mudar a maneira de agir e se prevenir para evitar uma gestação não planejada, os objetivos específicos buscam promover no adolescente um comportamento responsável no que se refere ao sexo seguro, à prevenção de uma gravidez indesejada em fase precoce, fortalecendo o poder de decisão do adolescente sobre a sua capacidade de negociação e recusa diante de comportamento de risco e não desejável, promover temas de saúde integral do adolescente, além de, valorizar as atividades de cunho preventivo e de informação dirigida aos adolescentes objetivando aumentar os conhecimentos, e apresentar a relevância das atribuições do Assistente Social no combate ao aumento de adolescentes grávidas. Se organiza através de três capítulos que retratam os direitos destinadas a adolescentes e as repercussões da gravidez na adolescência em detrimento a função do Assistente Social. Sua metodologia caracteriza-se como, bibliográfica e de cunho qualitativo. Utilizando-se de livros, artigos e publicações referentes a temática, concluindo ao final do estudo, que embora existam políticas e projetos destinados ao combate a gravidez precoce, o Assistente Social ainda necessita buscar a efetivação desses direitos como reafirmação de mudanças nesse contexto.

Palavras- chaves: Adolescentes. Gravidez precoce. Assistente Social.

ABSTRACT

The present monographic study represents an analysis of a theme that has been gaining proportions in the field of research with regard to strategies to combat the early pregnancy of adolescents, being this phase of great relevance for the construction of the adult period. Pregnancy outside the stage considered proper characterizes educational, physical, psychological, economic and social losses. Its general objective is to analyze the contribution of the social worker in the analysis of early pregnancy, and thus open a discussion about the challenges that the adolescent may face, in order to involve them with the decision-making process to change the way of acting and to prevent themselves to avoid an unplanned pregnancy, the specific objectives seek to promote responsible behavior in the adolescent with regard to safe sex, the prevention of an unwanted pregnancy at an early stage, strengthening the adolescent's decision-making power over his negotiation and refusal capacity in the face of risky and undesirable behavior, promoting comprehensive health issues for adolescents, in addition to valuing preventive and information activities aimed at adolescents aiming at increasing knowledge, and presenting the relevance of the Social Assistant's duties in combating the increase of pregnant teenagers. It is organized through three chapters that portray the rights aimed at adolescents and the repercussions of teenage pregnancy to the detriment of the role of Social Worker. Its methodology is characterized as bibliographic and qualitative. Using books, articles and publications related to the theme, concluding at the end of the study, that although there are policies and projects designed to combat early pregnancy, the Social Worker still needs to seek the realization of these rights as a reaffirmation of changes in this context.

Keywords: Adolescents. Early pregnancy. Social Worker.

LISTA DE SIGLAS

AMB- Associação Médica Brasileira;

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social;

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente;

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social;

OMS- Organização Mundial da Saúde;

PROSAD: Programa de Saúde do Adolescente;

SASAD: Serviço de Assistência à Saúde do Adolescente;

SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

SUS: Sistema Único de Saúde;

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para Infância;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NA ADOLESCÊNCIA	13
1.1A ADOLESCÊNCIA: UMA FASE DE COMPLEXIDADE.....	13
1.2 AVANÇOS NA ASSISTÊNCIA A SAÚDE NA ADOLESCÊNCIA	19
CAPÍTULO II: SEXUALIDADE ATIVA, GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: AS FORMAS DE PREVENÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS	24
2.1 ADOLESCÊNCIA E GRAVIDEZ, FATOS E CONSEQUÊNCIAS	24
2.2NOVOS PARADIGMAS PARA PROTEÇÃO DE ADOLESCENTES, SEXUALIDADE COM RESPONSABILIDADE.....	29
CAPÍTULO III: DELINEAMENTO METODOLÓGICO E ANÁLISE DAS REPERCUSSÕES DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	32
3.1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	32
3.2 ANÁLISE DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DOS AVANÇOS NAS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO A ADOLESCENTES NO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NESSE CONTEXTO	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

A gravidez de adolescentes remete-se a um estudo atrelado a diversos fatores, dentre estes físico, psicológico e social, sendo esta fase bastante importante no desenvolvimento humano, portanto se faz imprescindível o trato desse tema em pesquisas, a fim de contribuir para minimização de dados referentes à gravidez precoce.

A escolha pelo estudo do tema em questão se justifica por retratar uma realidade posta a nossa sociedade brasileira, onde várias adolescentes engravidam precocemente pulando uma etapa bastante pertinente ao seu desenvolvimento, diversos são os elementos sobre os motivos para a gravidez precoce, desde a falta de conhecimento, até os motivos vinculados a falta de estrutura familiar, portanto surgiu a ideia e a curiosidade de retratá-la.

Discutir as causas da gravidez na adolescência e seus efeitos tem sua relevância acadêmica e profissional por poder ser o início de passos influenciadores para novos estudos sobre o tema, novas compreensões que podem contribuir para o nascimento de alternativas para o problema, visando sua melhoria e quem sabe sua superação. Discutir sobre a mudança na vida das adolescentes após tornarem-se mães e sua relação com o meio exterior, tem reflexos diretos com a ciência do serviço social, uma vez que o problema se configura enquanto expressão da questão social, objeto de estudo da profissão.

O objeto geral busca contribuir para sensibilização da sociedade civil, Estado, familiares e o grupo alvo sobre os impactos do problema da gravidez precoce para os jovens, e assim abrir uma discussão sobre os desafios que o adolescente pode enfrentar, de modo a envolvê-los com o processo decisório de mudar a maneira de agir e se prevenir para evitar uma gestação não planejada.

A produção científica se apropria da realidade para posteriormente apresentar transformações e discutir os impactos da gravidez na adolescência, além do aspecto prático que se mostra relevante para o meio acadêmico. Nesse contexto, quanto maior as produções de estudos sobre o tema, mais podem contribuir para diminuir o número de garotas que se tornam mãe de forma precoce, observando dessa forma, um processo colaborativo iniciado na academia e refletido na realidade social. A relevância social está ligada aos números já trazidos aqui, pelos altos índices de gravidez na adolescência. Acredita-se que a pesquisa pode gestacionar um processo de novos rumos, novas alternativas capazes de minimizar o problema e suas consequências, visando uma fase mais saudável e um desenvolvimento social que coincida com o biológico.

O trabalho se divide em três capítulos, contendo informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa, o I capítulo aborda os aspectos da trajetória e construção histórica das políticas de Saúde e Assistência Social destinadas a adolescentes no Brasil. Destacando os pontos mais relevantes e de avanços a proteção e direitos.

No II capítulo são elencadas informações acerca da gravidez de adolescentes no Brasil, além das consequências no âmbito educacional, social, implementando as políticas de prevenção e investimentos para mudanças no cenário e no número de adolescentes grávidas no país.

Por fim, o III capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa que se caracteriza como bibliográfica, de cunho qualitativo, sendo utilizados livros, artigos e temas pertinentes ao estudo, apresentou-se também nesse capítulo os resultados e discussões, analisados de forma a verificar seus dados em relação ao tema aqui abordado. Pontuando de forma clara e objetiva os principais elementos destacados nesse estudo.

Este estudo monográfico se apresenta como forma de estudar a atuação do Assistente Social para diminuição no número de adolescentes grávidas, sua contribuição se estende a nível acadêmico onde fornece subsídios para futuras pesquisas, no meio social como mecanismo para estratégias de diminuição de casos decorrentes de gravidez precoce.

CAPÍTULO I: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NA ADOLESCÊNCIA

1.1 A ADOLESCÊNCIA: UMA FASE DE COMPLEXIDADE

A construção de políticas destinadas a crianças e adolescentes partiu de uma grande mudança em meio aos contextos históricos vivenciados no Brasil, desde a falta de aparato legal, até o respaldo através do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde muitas foram as conquistas que serão evidenciadas neste capítulo. É importante ressaltar que no Brasil até os anos de 1900 foram concluídos estudos que apontaram a inexistência de políticas públicas e qualquer outra forma de atenção às crianças e adolescentes. A ausência desta atenção trouxe uma série de vulnerabilidades sociais por parte do Estado. (SANTOS, 2013).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi inovadora ao adotar a Doutrina da Proteção Integral na questão da infância e adolescência no Brasil. A referida doutrina teve seu crescimento primeiramente em âmbito internacional, em convenções e documentos na área da criança, dentre os quais se destaca a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989, aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Conforme Liberati (2003, p. 20), a Convenção “representou até agora, dentro do panorama legal internacional, o resumo e a conclusão de toda a legislação garantista de proteção à infância”.

A Convenção definiu a base da Doutrina da Proteção Integral ao proclamar um conjunto de direitos de natureza individual, difusa, coletiva, econômica, social e cultural, reconhecendo que criança e adolescente são sujeitos de direitos e, considerando sua vulnerabilidade, necessitam de cuidados e proteção especiais. Exige a Convenção, com força de lei internacional, que os países signatários adaptem as legislações às suas disposições e os compromete a não violarem seus preceitos, instituindo, para isto, mecanismos de controle e fiscalização. (VERONESE; OLIVEIRA, 2008).

Para um melhor entendimento, os direitos fundamentais devem ser vistos como a categoria instituída com o objetivo de proteção aos direitos à dignidade, à liberdade, à propriedade e à igualdade de todos os seres humanos. Basicamente, a doutrina jurídica da proteção integral adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente assenta-se em três princípios, a saber: Criança e adolescente como sujeitos de direito onde deixam de ser objetos passivos para se tornarem titulares de direitos. Destinatários de absoluta prioridade, representam através do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Considera-se adolescente o indivíduo entre 12 e 18 anos incompletos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente nesse período ocorrem as principais mudanças psicológicas e metabólicas, esse é um momento de transição, no qual se tem a necessidade de sair da infância e encarar a vida adulta. Caracterizar a adolescência dentro de uma faixa etária é uma maneira muito comum utilizada para compreendê-la, contudo, enquanto construção cultural e social não é possível chegar a uma definição fechada e única sobre esta fase da vida do ser humano.

É na adolescência que se reconhece os padrões comportamentais e de escolhas e muitos são os fatores que influenciam nessas decisões, entre esses estão os fatores sexuais, diretamente relacionados com a maturidade sexual e a capacidade reprodutiva, sendo exatamente nesse ponto que se observa a ocorrência da gravidez de forma precoce. A gravidez na adolescência se apresenta como uma expressão da questão social no cotidiano da sociedade. A compreensão desta problemática requer considerar a realidade, a classe social, a história de vida que está sendo referida, pois uma gravidez precoce pode causar impressões distintas na adolescência. (SILVA, 2011, p. 27).

Phillipe Ariès, historiador francês, lançou na França no início dos anos 1960 do século XX, o livro *A história social da infância e da família*, uma obra utilizada como referência ao tratar da história da criança e do adolescente. De acordo com o Ariès (2006), não existia até o final do século XVIII uma concepção de infância como uma etapa distinta na evolução das pessoas; uma criança era considerada tão somente como um adulto em miniatura e, conseqüentemente, participava normalmente de todas as atividades do cotidiano. Com as mudanças sociais trazidas pela Revolução Industrial, a partir do século XVIII, a concepção de infância e adolescência também começa a sofrer alteração. A constituição de um novo entendimento sobre a família surge a partir da instituição das leis reguladoras do trabalho e da responsabilização dos pais pela escolarização dos filhos, o que não ocorria anteriormente.

As crianças geralmente ajudavam no trabalho e nos afazeres domésticos, não eram vistos como serem que necessitavam de proteção, o adolescente muito menos, desde cedo empregaram-nos em trabalhos peados e insalubres. Em decorrência do afastamento das crianças do trabalho e das responsabilidades, as crianças foram se apartando das atividades adultas, surgindo deste modo, o conceito de infância, ou seja, um período do desenvolvimento com características próprias (AMARAL, 2007).

Áries (2006) destaca a esse respeito, que desde as origens da humanidade, a exploração do trabalho infantil esteve presente em todas as civilizações e nos mais diversos recantos do mundo, pois há inúmeros índices históricos demonstrativos do uso frequente e

corriqueiro do uso de mão-de-obra de crianças e adolescentes nas grandes civilizações da Antiguidade, como a egípcia, a grega, a romana, dentre outras.

Em relação aos adolescentes, durante muito tempo foi considerada a fase da rebeldia, desconsiderando as mudanças físicas e psicológicas ocorridas com esses jovens. Nos dias atuais tem-se uma atenção maior a essa fase, levando em conta as opiniões do adolescente, o entendimento de seu psicológico e a interpretação de suas ações. No Brasil, como a industrialização é considerada um pouco tardia ao ser comparada com os países europeus, foi a partir do século XX, que a ideia de adolescência foi consolidada como uma etapa da vida com características próprias, propiciando a escolarização, a profissionalização, a experimentação, além da potencialização da sexualidade (GROSSMAN, 2010, p. 35).

É uma tarefa de grande complexidade e interpretação conceituar a adolescência, já que cada indivíduo vivencia este período de forma diferente, variando conforme sua maturidade física, emocional, cognitiva, além de outras possíveis contingências. De acordo com a UNICEF (2011), nem mesmo o início da puberdade, considerado como uma linha de demarcação clara entre infância e adolescência, não é suficiente para solucionar a dificuldade do conceito. Defende-se aqui a conceituação e a interpretação da adolescência como uma fase complexa e de transição, permeada por mudanças físicas, emocionais, psicológicas e sociais, que pode sofrer influência de diversos fatores.

A assistência e proteção direcionada a criança e ao adolescente não é mais tida apenas como obrigação específica do Estado e da sociedade, mas, principalmente, da família, porque elementos como preservação da vida, da saúde e do lar, são subsídios mais importantes em relação às tarefas de cunho administrativo que desempenhadas pelo Estado e acatadas pela sociedade e pela família. As características postas à fase da adolescência são apresentadas através de diferentes níveis e elementos, levando em consideração a sua classe social e os valores a eles acrescentados.

Como parte integrante ao desenvolvimento psicossocial dos adolescentes está no papel fundamental à família,

A família exerce uma função essencial na maturação e desenvolvimento biopsicossocial dos sujeitos, oferecendo determinados papéis imprescindíveis, os quais podem ser elencados em três classes que estão fortemente ligadas: papéis biológicos observado na ajuda pela sobrevivência do indivíduo, função psicológica e social. (SINGLY, 2007, p. 27)

A família, por ser um grupo fundamental da sociedade e ambiente para o crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente, recebe especial proteção do Estado, garantia

prevista no artigo 226, caput, e parágrafo 8º17A ausência da família, a carência de amor e de afeto comprometem o desenvolvimento da criança e do adolescente.

Os dias atuais enfatizam a busca por estratégias capazes de tratar o tema adolescência como fase de extrema importância para o desenvolvimento e formação do indivíduo. A sexualidade é um dos elementos trabalhados por se tratar de uma questão bastante delicada. A educação se constitui, portanto, como ator e agente de cunho socializador por natureza. Sobretudo a família desempenha uma função relevante na vida dos sujeitos, como um exemplo ou um modelo construído culturalmente e que se expõe de maneiras distintas nas múltiplas sociedades verificadas e que padece por modificações no transcorrer do processo histórico-social.

Segundo Moura (2014), a família ainda sustenta a função peculiar que desempenhava na conjuntura social e permanece como sendo uma instituição com reconhecimento e valorização, uma vez que avança cumprindo papéis preponderantes durante toda a fase de desenvolvimento de seus componentes. Analisando este contexto, se faz de extrema necessidade que a família ultrapasse as crises e desafios pelos quais enfrenta e consiga transformar-se, assimilando as divergências e variações subjetivas e individuais dos componentes que a compõem, como as que acontecem nas fases consideradas como características de passagem, como por exemplo, a fase correspondente da adolescência.

Com os novos arranjos postos ao longo dos tempos, as Políticas destinadas a melhorias nas condições de vulnerabilidades vem se transformando e, contudo se adaptando aos novos rumos colocados a sociedade em meio a seus conflitos e problemas de ordem social, cultural e ideológico. Foram verificados mutações no âmbito dos direitos, onde se verifica a influência de elementos externos como o neoliberalismo e as novas tendências da realidade implantada nos dias atuais, como o desenvolvimento de atividades, serviços e projetos de instituições vinculadas às políticas.

Os direitos e políticas são modificadas de acordo com o contexto histórico e as mudanças que são vivenciadas com o momento, em meados dos anos 1990, emerge o neoliberalismo, que tem como características, a mínima participação do Estado na dinâmica do social, onde as políticas são sucateadas e mais uma vez os trabalhadores enxergam seus direitos sendo violados.

Na conjuntura atual do Brasil observa-se um forte aparelho baseado na democracia posta pelo Estado, a expansão dos benefícios trazidos pela globalização incentivou a extensão mundial da economia, aumentando um novo campo para o ideário neoliberal da ausência do

Estado na área de desenvolvimento de políticas, do campo econômico e principalmente das relações postas socialmente.

Além de tais modificações, ainda impera as contradições impostas pelo capitalismo, sendo esse segundo Castel (1998) um sistema de produção que dissemina, sobretudo, as diferenças postas entre suas classes, tendo uma o enriquecimento em detrimento da exploração da grande maioria, sendo esta parcela caracterizada por crianças e adolescentes, que mesmo com seus direitos afincados constitucionalmente não estão totalmente protegidos, havendo a séria necessidade da participação da sociedade no que tange a efetivação destes direitos.

Esse processo torna-se expressão da “questão social”, por ser advindo de uma temática que envolve particularidades sociais, o sujeito como crianças e adolescentes passam a perder sua subjetividade enquanto indivíduo que não possui o direito de viver sua dignidade, com direitos pertinentes à etapa que está vivenciando.

A “questão social” brasileira remonta-se aos problemas que tomam maiores proporções com o desenvolvimento econômico, a partir das modificações perpassadas a cada momento histórico, a escravidão à época da República, todos são caracterizados por períodos destinados ao uso do trabalho de crianças e jovens. Moura (2014) apresenta que no decorrer das primeiras décadas republicanas, o trabalho infantil permaneceu como importante elemento que auxiliava na contenção dos custos da produção, acentuando ainda mais a já significativa exploração dos trabalhadores nos estabelecimentos industriais.

A construção da política social decorre de contextos que avançam nas lutas dos operários por melhorias. Surgindo assim o conceito de questão social,

A questão social é constitutiva do desenvolvimento capitalista, diante disso compreende-se que a referida questão está intimamente relacionada ao sistema de produção capitalista, o qual engendra as desigualdades sociais, relacionada a seus desdobramentos políticos. (NETTO, 2010, p. 34)

Distintos são os procedimentos de abordagem e colocações em relação a cada período, apresentando peculiaridades de cada momento histórico, ocorrendo um avanço, onde anteriormente tais ações eram calcadas pela punição e coerção e hoje após a implantação de conquistas como a do ECA ocorre uma abrangência maior da proteção, o que permite, a partir da influência do conjunto histórico do cenário brasileiro contemporâneo, fazer colocações em relação a diferentes formas de concretização de direitos de crianças e adolescentes, verificadas em diferentes realidades sociais, políticas e culturais.

A caracterização em relação à existência de cada criança e adolescente determina a condição de sua fase de desenvolvimento. Para Muller (2002, p.6), a criança e adolescente existente no Brasil passa a ser enxergada sob aspectos modificados, portanto, acometida de três pontos primordiais: “a criança na lei, as crianças adjetivadas e as crianças organizadas politicamente”. Entender a visão sobre infância e adolescência como constituição e consequência de resultados de valores postos ao longo dos tempos pela cultura, cogita a ideia de acolher do contexto histórico e de um refletir em relação ao futuro tendo que corresponder às perspectivas de desenvolvimento de políticas destinadas a crianças e adolescentes com o intuito de garantir a proteção e a assistência em relação a sua situação tão particular a esse período de seu desenvolvimento.

Essa complexa fase caracterizada como adolescência engloba fatores decorrentes não apenas de suas mudanças físicas, mas, contudo, sob aspectos psicossociais que afetam seu desenvolvimento enquanto indivíduo, essas implicações ocorrem em meio social como também familiar, devendo a família exercer junto ao Estado papel fundamental de aparato para que essa fase se manifeste de maneira a efetivar direitos.

A adolescência segundo Moura (2014) é uma fase que se caracteriza por manifestar comportamentos e ideais capazes de comprometer a fase em que passa o indivíduo, embora existam diversas formas referentes a políticas destinadas ao amparo social de famílias e destas com a relação entre os familiares, através de grupos de convivência, orientações por parte da equipe multiprofissional e atividades que estimulem o fortalecimento de vínculos principalmente com os adolescentes, mas o que se observa é uma dificuldade em relação a essa concreticidade de relação entre adolescentes e família.

Tal dificuldade talvez tenha sido estabelecida devido à herança existente em relação ao amparo dado pelo Estado, caracterizado apenas como uma maneira de estabelecer o controle com os menores desajustados em relação à sociedade.

No que se refere à intervenção junto às famílias pertencentes aos grupos populares no Brasil, existem fatores políticos e ideológicos que desenharam as políticas e os programas de intervenção junto a esta população no país. Tais ações não modificaram a situação de desamparo vivida por boa parte da população a que se destinaram, mas muitas vezes trouxeram apenas proibições, deixando claro apenas aquilo que a família não deve fazer. (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 54)

Apesar da existência de políticas direcionadas a busca pelo diálogo e interação dos membros familiares, principalmente na relação pais e adolescentes, se observa na maioria das

famílias uma dificuldade em relação ao diálogo e a interação, pais e filhos, com isso gera-se problemas de ordem social e educacional, como é o caso da gravidez precoce, onde se resulta muitas vezes da falta de conversa e de um bom relacionamento entre os pais e as adolescentes.

Com isso, o diálogo proporciona além do afeto, produz um relacionamento baseado na produção de uma vida no período da adolescência regada de informações capazes de evitar além de outros problemas a gravidez precoce. Percebe-se com isso que as transformações ocorrem paulatinamente, no entanto notam-se os progressos no que diz respeito ao cuidado direcionado aos adolescentes e estes com o relacionamento e a compreensão de suas famílias.

Mediante esse processo de evolução da família e da visão do Estado em relação a criança e ao adolescente, foi se estabelecendo uma nova concepção sobre o poder dos pais em relação aos filhos menores. Haja vista, ser o poder familiar um eixo para construção de sujeitos sociais, o mesmo se contrasta diariamente com questões cotidianas, culturais e ideológicas.

1.2 AVANÇOS NA ASSISTÊNCIA A SAÚDE NA ADOLESCÊNCIA

Antes de adentrar nas discussões a respeito da assistência a saúde para adolescentes no Brasil, faz-se necessário um recorte histórico com a trajetória da Política de Saúde no Brasil, como essa perpassou por diversos contextos, até os dias atuais, onde se compromete a adequar-se as demandas postas com a realidade vivenciada, através de elementos que permeiam o desenvolvimento humano e principalmente de adolescentes, que fazem parte de um contexto social em que se envolvem questões como a gravidez precoce.

No início do século XVIII, segundo Santos (2014) é que se tem início no Brasil uma noção de saúde. Neste período, a saúde ainda não era um direito social. As primeiras formas de saúde como direito, só foram adotadas no Brasil, na década de 1930 e, de natureza previdencialista, ou seja, direito apenas para quem contribuía financeiramente com a previdência. O que tínhamos neste período, em se tratando de saúde, limitava-se a práticas ainda primitivas, baseadas em ervas e, rituais entre outras formas nada científicas.

Nas décadas entre 1950 a 1963 ocorreram maiores investimentos no campo das políticas destinadas a assistência, educação e saúde, as condições sanitárias foram melhoradas, mas mesmo assim não foi possível eliminar as doenças infecciosas e parasitárias, nem tampouco diminuir os índices de mortalidade entre a população. Segundo Bravo (2009) a partir de 1950 o atendimento hospitalar, já estava pronto, caminhava na direção de formação de empresas médicas. Os médicos ligados aos interesses capitalistas eram os mais organizados, e os que mais pressionavam o Estado por financiamentos, com sempre com seu

posicionamento firme em defesa da privatização. Profissionais de características Típicas; mais interessados em ganhar dinheiro e não proporcionar erradicação total das questões relacionadas à saúde da população.

Em 1960 a Previdência Social com a política de compra dos serviços no setor privado, relacionados tanto a exames diagnósticos, como terapêuticos beneficiava grandes empresas com a intitulada medicina de grupo. Em 1940 80% dos recursos federais eram gastos com a saúde pública e apenas 20% com atendimento individual. Em 1964 já acontecia o contrário (PAIM, 2009).

Com toda a pressão por parte dos médicos capitalistas que buscavam expandir seus serviços de caráter privatista, até 1964, a assistência médica previdenciária era fornecida basicamente pelos serviços próprios dos Institutos. “As formas de compra dos serviços médicos terceirizados aparecem como minorias e pouco expressivas no quadro geral da prestação de assistência médica pelos institutos”. (BRAVO, 2009, pg. 93) Segundo a autora, o quadro envolvendo a saúde privada, mudou radicalmente na década de 60 em consequência do novo governo que se instalou no país o regime militar.

Na década de 1980 surgiram vários projetos que pretendiam estender a cobertura dos serviços de saúde para toda a população, com ênfase na saúde pública. Em meio às discussões, surgiram duas propostas: A primeira propunha a Reforma Sanitária (1976 a 1988), que foi o modelo optado pelo movimento mais democrático, e a segunda era uma proposta conservadora de ajuste do modelo privado.

Os primeiros anos da década de 1980 foram marcados pela construção e desenvolvimento de estratégias no campo da Reforma Sanitária que possibilitou a criação de sistemas e instituições que tinham como principais objetivos desenvolver e garantir projetos que visassem a organização e delimitação de funções e hierarquização do Sistema de Saúde cria-se o Pró-Saúde, sendo posteriormente substituída pelo Prev- Saúde, como principais propostas discutidas, as mais almejadas em relação a busca por mudanças eram: universalização ao acesso de atendimentos na área da saúde.

A garantia da saúde como direito social, portanto deveria ser estendido a todos os cidadãos, atrelando ao Estado o dever da garantia integral da saúde, busca pela integração e unificação do Sistema de Saúde, a descentralização dos serviços direcionados a saúde, onde os Estados e municípios deveriam financiar de forma efetiva os serviços da saúde e criação de Conselhos de Saúde.

Segundo Mota et al (2009), o movimento sanitário, vinha sendo construído desde os meados dos anos 1970, e conseguiu avançar na elaboração de propostas de fortalecimento do

setor público em oposição ao modelo de privilegiamento do produtor privado, ou modelo biomédico.

Nesta década, a sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que vivenciou um processo de democratização política, pós- ditadura de 1964 enfrentou também uma profunda e prolongada crise econômica, onde ocorreram muitas decepções com a transição democrática, principalmente com seu conservadorismo após 1988, que não se transformou em ganhos materiais para a massa da população, que experimentou uma profunda e prolongada crise econômica.

Segundo Bravo (2009) afirma que a saúde nessa época, contou com a participação de novos sujeitos sociais na discussão das condições de vida da população brasileira e das propostas governamentais apresentadas para o setor, contribuindo para um amplo debate que se espalhou a sociedade civil, que já se mostrava insatisfeita pela má qualidade dos serviços públicos de saúde, em detrimento de privilegiar o modelo médico centrado privatista.

Dentre os investimentos postos a adolescência, a Política de Saúde segundo Vieira (2016) vem ganhando cada vez mais ganhando visibilidade devido grandes fatores de risco que os levam a outros caminhos e os colocam em pesquisas onde passa a ter seus direitos violados, como o uso de drogas, trabalho infantil, criminalidade e a gravidez precoce que é tema desse estudo.

Para isso foram desenvolvidas nas últimas décadas políticas de saúde destinadas à prevenção da gravidez precoce em busca de novos investimentos em busca da diminuição de índices da inserção destes no campo de violação de direitos. No Brasil as primeiras iniciativas de investimentos na saúde para adolescentes ocorreram em meados 1970, vinculadas a faculdades de medicina e hospitais universitários, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Antes da década de 1970 não havia no Brasil médicos e serviços de saúde destinados especificamente para os adolescentes, embora, naturalmente, os médicos já atuassem, em clínicas particulares e nos serviços públicos, no atendimento de adolescentes. De acordo com a queixa ou problemática apresentada, o jovem podia dirigir-se a um clínico geral ou pediatra; adolescentes do sexo feminino consultavam-se com ginecologistas quando as questões referentes à saúde reprodutiva e sexual estavam em pauta, ficando, nesse âmbito, os do sexo masculino negligenciados pela assistência médica (QUEROZ E AYRES, 2013, p. 28).

Esses avanços na direção de medidas preventivas no campo da saúde direcionada a adolescentes marca um novo cenário em relação à importância destes para o Estado, onde estariam nesse momento representando uma parcela da sociedade em que necessitaria de

grandes investimentos, já que durante décadas não existiu nenhum aparato legal ou políticas destinadas a esse público.

De início o atendimento era realizado por uma equipe de profissionais composta de médicos, enfermeiros, assistentes sociais e nutricionistas, estes verificavam seu desenvolvimento psicossocial e buscavam a proteção, promoção e recuperação da saúde de uma forma global, tal expressão era utilizada naquele momento para “se referir às características de crescimento e desenvolvimento físico, problemas de saúde e relações do adolescente com o meio ambiente; buscava-se, portanto, integrar os propalados aspectos biopsicossociais”. (SILVA, 2016, p. 32). No ano de 1985 ocorreu um avanço na cidade de São Paulo em relação a investimentos e avanços referentes à saúde direcionada adolescentes, nesse período ocorreu:

Implantação de programas de saúde para adolescentes nas diversas regiões do estado de São Paulo, promovendo a capacitação e reciclagem de profissionais no âmbito da rede básica de saúde, enfatizando aspectos da atenção primária e da prevenção para essa faixa etária (Saito, 2005). Trata-se de exemplo claro do fortalecimento da relação docente-assistencial, por meio do conhecimento acadêmico levado à rede básica de saúde, que se concretizou pela produção de diversos materiais didáticos, além das importantes publicações *Adolescência e saúde*. (Ibidem, p. 39).

Nessa mesma década de 1980, no ano de 1989 foi criado o Programa de Saúde do Adolescente (Prosad), o mesmo tinha como finalidade permitir o acesso dos adolescentes a Atenção Primária, com abordagem na promoção de saúde e prevenção de agravos, implantado na proposta hierarquizada do SUS e regularizado na atenção integral através de abordagem multiprofissional, no ano de 1993, este passou a ser chamado de Serviço de Assistência à Saúde do Adolescente (Sasad), o mesmo estipulou as diretrizes propostas para a peculiaridade do atendimento de adolescentes e considerou temas pertinentes ao crescimento e etapas vivenciadas na adolescência, como distúrbios da puberdade e o desenvolvimento psicológico do adolescente.

Com as novas conjunturas através de investimento ao público adolescente posta à sociedade, o desenvolvimento e o avanço de investimentos da promoção e prevenção no campo da saúde foi criando maior visibilidade e novos parceiros, extrapolando os muros apenas de instituições vinculadas a saúde, portanto, desenvolveu-se o Programa Saúde na Escola, o mesmo integra uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da

Educação, tendo como perspectiva da atenção integral (prevenção, promoção e atenção) afirmando direitos de crianças e adolescentes no campo da saúde.

Durante os anos 90, a Organização Mundial da Saúde (OMS) desenvolveu o conceito e iniciativa das Escolas Promotoras de Saúde. Trata-se de uma abordagem multifatorial que envolve o desenvolvimento de competência em saúde dentro das salas de aula, a transformação do ambiente físico e social das escolas e a criação de vínculo e parceria com a comunidade de abrangência, o que inclui os serviços de saúde comunitários, como as Unidades Básicas de Saúde e equipes de Saúde da Família (BRASIL, 2009, p. 29).

Faz-se necessário e de suma importância o fortalecimento desses projetos e programas e dos direitos sociais conquistados na Constituição Federal e isso só será possível com a união dos setores organizados e preocupados com o sistema de saúde vigente, fato que exige a participação da sociedade civil. Sugere o aprofundamento do controle social, ou seja, a participação da população na elaboração, implementação e fiscalização das políticas, na construção de uma esfera pública democrática na saúde, e algumas estratégias são sinalizadas (BRAVO, 2009).

A participação ativa da escola com investimento da parceria entre a família e a escola se faz primordial para que haja maior engajamento de adolescentes com conhecimentos específicos e apoios da rede de educação e da família com o intuito de através de atividades e ações os profissionais possam interagir junto aos adolescentes a família buscando estratégias para a concretização de direitos e diminuição da violação dessa fase primordial ao desenvolvimento humano.

Em meio a tantas conquistas pautadas anteriormente, ainda é perceptível as implicações impostas com esses avanços através de influência do sistema capitalista que permite o sucateamento desses serviços, ampliando cada vez mais o cenário dos elementos postos a questão social, como a fome, desemprego, socialização da marginalização, facilidade do uso de drogas e da sexualidade entre adolescente, o que propicia um aumento no índice da gravidez precoce, assunto esse discutido no próximo capítulo.

CAPÍTULO II: SEXUALIDADE ATIVA, GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: AS FORMAS DE PREVENÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS

2.1 ADOLESCÊNCIA E GRAVIDEZ, FATOS E CONSEQUÊNCIAS

A adolescência se caracteriza segundo Santos (2015) por uma fase da vida em que o indivíduo se transforma e busca a novas alternativas de vida, se caracteriza como sendo de extrema importância para a formação do futuro cidadão. As características postas à fase da adolescência são apresentadas através de diferentes níveis e elementos, levando em consideração a sua classe social e os valores a eles acrescentado, para tanto se faz relevante atenção maior em relação a essa fase de transição entre infância e a fase adulta devendo haver uma orientação conjunta entre família, escola e instituições especializadas em serviços destinados a esse público.

A possibilidade da adolescência poder ser vivida como fase de transição para a vida adulta é exclusiva da classe média, já que os adolescentes de classes populares não terão esta oportunidade. Pelo contrário, para eles, a adolescência pode ser uma fase em que terão que assumir a responsabilidade da sua vida, nomeadamente, na necessidade de arranjar trabalho e definir o seu relacionamento afectivo. (SANTOS, 2015, p.04)

As primeiras preocupações explícitas em relação à educação do sexo de crianças e jovens no Brasil tiveram lugar nos anos vinte e trinta do século XX. Nesse momento a educação sexual já era uma preocupação para médicos, intelectuais, professores e professoras que então povoavam o universo educacional brasileiro. Conforme Outeiral (1994, p.36) “A escola, a sala de aula, é um lugar ‘imaginário’, diferente do espaço real de cadeiras, classes e salas. Ela é o que o aluno percebe a partir de sua história, seus desejos e seus medos”.

A educação sexual é, sim, um meio e não um fim, fazendo-se clara a necessidade de haver reflexão sobre as singularidades de cada faixa etária e sobre os fatores de risco. De acordo com Meyer e Soares (2004):

Desde sua criação, a escola moderna é marcada por mudanças e está implicada, também, com a produção dessas diferenças. O acesso permanecia, vida escolar, produz resultados em termos de certificação e empregabilidade, têm efeitos sobre vida dos indivíduos e grupos dos quais fazem parte, uma vez que entrar ou não na escola, e o tempo de permanência nela, não há uma distinção social, devendo esta as vezes ser pelo modo que sentam e falam por longos períodos de tempo, ou ate no ouvir e falar, o desenvolvimento de determinadas capacidades motoras, etc. (p. 08)

Existe uma diversidade de métodos educativos seja ele por gênero, classe social, o que reforça aos estudantes é a tendência e o conhecimento que são fornecidos a eles com sentidos e formas diversificadas. A maternidade na adolescência tem merecido atenção especial nos últimos tempos, em razão do número expressivo desta ocorrência em nossa sociedade estudar a gravidez na adolescência torna-se, assim, importante, sobretudo devido às possíveis repercussões psicossociais acarretadas pela gestação precoce.

Considerando-se que, a gravidez na adolescência pode resultar no abandono escolar e que, o retorno aos estudos se dá em menores proporções, torna-se difícil a profissionalização e o ingresso no grupo de população economicamente ativa, com agravamento das condições de vida de pessoas já em situação econômica desfavorável.

É de grande relevância conhecer a problemática na nossa região, bem como identificar a população mais vulnerável aos efeitos negativos, que a gravidez possa acarretar, tanto para a mãe como para a criança.

Ao trata do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes (BRASIL, 2000, p. 107).

Atualmente, devido aos grandes avanços e conhecimentos, mostra que a gravidez por adolescente tem um nível muito alto de risco, então para diminuir os transtornos ou complicações que venham a acarretar futuramente vem a importância do pré-natal para evitar, nesses casos, complicações durante a gestação, o parto e o nascimento de uma criança com problemas.

A gravidez na adolescência mostra possíveis falhas na sua prevenção no âmbito social, pessoal e familiar. No aspecto social, são os programas de educação sexual que aparentemente não mostram, de modo claro e convincente, como iniciar e usufruir com segurança a experiência da sexualidade.

Na esfera pessoal, observa-se a falta de conhecimento dos adolescentes em relação aos seus próprios valores e sentimentos. No contexto familiar, parece indicar dificuldades nas relações entre pais e filhas e consequências negativas para o desenvolvimento psicológico destas.

Estudos nos dias atuais através da Associação Médica Brasileira- AMB enfatizam a busca por estratégias capazes de tratar o tema adolescência como fase de extrema importância para o desenvolvimento e formação do indivíduo. A sexualidade é um dos elementos trabalhados por se tratar de uma questão bastante delicada, se coloca como um período inerente ao desenvolvimento de todo indivíduo, onde se desenvolvem várias transformações de ordem psicológica, física e social. Durante o seu desenvolvimento todo indivíduo tem a experiência de passar por mutações, porém, no período da adolescência a maneira como se procede esse amadurecimento nesse período, acarretam diversos elementos distintos a cada sujeito.

Com isso, percebe-se que nem sempre as consequências postas com a gravidez podem ser caracterizadas como um fator de risco. Cowan, Cowan e Shulz (1996) colocam que os elementos estão interligados com fatos de ordem negativa de vida que, quando ocorrem, incluem a possibilidade do indivíduo proporcionar problemas, mas entendem que o risco deve ser aceito como algo que apresenta continuação e não uma única variável.

Vários fatores, tradicionalmente conhecidos, podem determinar a ocorrência dos óbitos infantis como, por exemplo, a prematuridade, o baixo peso ao nascer, asfixia grave ao nascer (índice de Apgar entre 0-3 no 1o minuto), a gemelaridade, a alta paridade, o baixo nível de escolaridade materna, a baixa renda familiar e a idade materna avançada. (OLIVEIRA e GAMA, 2010, p. 24).

O impacto da gravidez anunciando mudança no funcionamento psicofisiológico da mulher e em suas relações com os demais, pode representar um momento crítico na vida dos adolescentes, pois mesmo numa situação de gravidez planejada, e neste caso, eles se farão exacerbados. (CARVALHO, 2000), segundo o mesmo autor, a gravidez durante o período da adolescência muitas das vezes acontece de forma não planejada, originando elementos negativos que são acarretados durante o desenvolvimento da jovem, elementos esses elencados segundo o autor como: rejeição familiar, restrições sociais e econômicas, entrando assim numa dupla crise relacionada à gravidez.

Segundo Aquino (2008) a visibilidade da gravidez na adolescência no Brasil dos últimos anos, é atribuída principalmente, ao declínio das taxas de fecundidade nas demais faixas etárias acima de 24 anos. Desde 1980, as pesquisas nacionais têm constatado uma progressiva redução das taxas de natalidade em todas as regiões do país, atribuindo, sobretudo, ao uso de métodos contraceptivos ou ao recurso do aborto. O curso natural da fase aqui trata pode ser, e muitas vezes é atingida pela gravidez precoce. Pode-se dizer que tal fato

tem muito a ver com a questão da sexualidade como tabu no ambiente familiar e educacional, visto que a grande maioria dos jovens não tem diálogos com seus pais ou aulas informativas que os ajudariam no amadurecimento sexual e cognitivo, visto que o ideal seria que acontecessem juntos. Outro ponto de grande dificuldade quando constatada uma gravidez precoce é a mistura de duas fases totalmente distintas: a adolescência e a maternidade.

A primeira trazendo todo senso de maturidade e responsabilidade a ser desenvolvido e a segunda impondo a prática de toda maturidade e responsabilidade que muitos ainda nem desenvolveram. É uma balança totalmente desigual comparar uma gravidez em período considerado normal e uma gravidez na fase mais transitória da vida. Assim, por ser um “período complexo, a adolescência precisa de condições psicossociais e de serviços de saúde para seu enfrentamento”. como afirma (Santos, 2003, p. 76 *apud* PRIORI, 2008, p.16). A gravidez na adolescência é um problema complexo, pois implica em dois fenômenos do desenvolvimento humano: adolescência e gestação.

A adolescência para Goes (2015) é um período de crescimento e desenvolvimento humano, em que se observam rápidas e substanciais mudanças na vida e nos corpos infantis, a citar o acentuado crescimento pondo-estatural, o surgimento de novas formas físicas e estéticas, as transformações no funcionamento orgânico, a construção de novas relações intersubjetivas e as manifestações peculiares de novos sentimentos, modos de pensar e de se comportar refletindo novas identidades e inserções no mundo interno e externo da família. Já o período gestacional é repleto de modificações físicas, psicológicas, hormonais, neurológicas, sociais e familiares. A saúde reprodutiva depende de uma gama de condições sócio-culturais propícias, tais como serviços de saúde de qualidade, adequadas condições de vida e estabilidade social.

Dandoorian (2009), afirma que:

Na classe média a gravidez na adolescência também é revertida de fatores culturais e psicológicos, sendo que neste meio cultural a gestação é normalmente “indesejada”, pois existe uma maior pressão familiar. A pressão social familiar da classe média se expressa mais através do incentivo ao estudo e ao trabalho, possibilitando que essas jovens vivam de modo mais prolongado sua adolescência, contrariamente as adolescentes de classes populares onde a maternidade interfere nesse ciclo. (DANDOORIAN, 2009, p.38).

Muitos são as questões enfrentadas por adolescentes grávidas: ausência de apoio da família, de reconhecimento de paternidade, a imposição de casamento pelos pais, entre outras. E ainda sofrem críticas por parte dos familiares dado às pressões sociais envolvidas ou devido

a problemas financeiros. E assim, são rejeitadas, abandonadas e não recebem apoio essencial que necessitam para enfrentar a gravidez como também a vida após o nascimento da criança. Entretanto, para compreensão dos impactos que uma gravidez precoce causa na vida dos adolescentes, é necessário entender o contexto social que essa gravidez acontece.

Assim, é preciso salientar que, o impacto de uma gravidez precoce na vida de uma adolescente que pertence a uma classe baixa, é muito mais amplo que na vida de uma adolescente de classe média devido à ausência de oportunidades quando se trata de acesso às políticas públicas que propiciam o desenvolvimento físico, psicológico e social do adolescente. Nesta perspectiva, Santos (2010, p. 15) afirma que:

O significado da gravidez varia muito de acordo com o contexto social em que a adolescente está inserida. Nas classes socioeconômicas mais baixas observa-se que o desejo de ter filhos aparece mais precocemente, assim como há uma valorização maior da gravidez. As perspectivas restritas de estudos e de carreiras promissoras no mercado de trabalho fazem com que essas adolescentes encontrem na gravidez e no papel social de ser mãe um objetivo para suas vidas.

Vários são os riscos apresentados durante a gravidez precoce, onde muitas vezes não há preparação física e psicológica destas adolescentes, sendo caracterizado risco para a mãe e para o bebê. Outra condição que deve ser analisada diz respeito a subjetividade de objetos apresentados como o não planejamento da gravidez e a repercussão trazida através da gestação precoce. A gravidez nesse período da vida das adolescentes proporciona elementos desenvolvimentais para a adolescente e para todos os familiares inseridos nesse processo.

As condições materiais da existência e os significados e expectativas que cercam a gravidez, torna- a para umas adolescentes parte do projeto de vida, constituindo-se para outras em um evento não planejado, em uma surpresa desagradável que gera temores e conflitos ou acentua os já existentes. (LIMA; FELICIANO et al. 2004, p. 03)

O início da vida sexual precoce configura além da gravidez, várias outras implicações que causam uma série de transtornos, como doenças sexualmente transmissíveis, ausência de estudo e aumento na quantidade de jovens no mercado de trabalho caracterizando-se como trabalho infantil.

Para se tratar essa temática se faz de extrema relevância a participação da família para a estruturação da adolescente gestante, portanto, A construção do conceito de família foi se constituindo ao longo dos tempos em decorrência da construção de valores postos a sociedade

diante de transformações societárias regados de valores e crenças que se modificaram com o processo e a influência demasiada do meio social. Para isso se faz necessário o envolvimento dos familiares ou responsáveis, com o intuito de tratar essa temática de uma forma mais direcionada a prevenção, e se de fato ocorrer a gravidez precoce na adolescência, o papel da família se faz indispensável.

2.2 NOVOS PARADIGMAS PARA PROTEÇÃO DE ADOLESCENTES, SEXUALIDADE COM RESPONSABILIDADE

O debate sobre a gravidez envolve questões éticas, sociais e até políticas. Faz-se uma escolha quando se decide tratar de gravidez na adolescência e seus devidos impactos. É também uma escolha de toda a sociedade aprovar esta escolha e ver como uma prática culturalmente aceita e vista de forma despreocupada e condescendente. Trabalhar a prevenção na perspectiva da abordagem de Redução de Danos é compreender que o melhor caminho para lidar com a gravidez não é o de decidir e definir pelos outros quais são os comportamentos mais adequados e corretos. Muito diferente disso, é construir, junto com o outro, possibilidades de escolhas mais autênticas e livres, diminuindo vulnerabilidades.

Segundo a Organização Mundial da Saúde- OMS¹, anualmente cerca de 18% dos brasileiros nascidos são filhos de mães adolescentes. Em números absolutos isso representa 400 mil casos por ano. No mundo, por ano, são aproximadamente 16 milhões de adolescentes de 15 a 19 anos; e 2 milhões de adolescentes menores de 15 anos. Globalmente o risco de morte materna se duplica entre mães com menos de 15 anos em países de baixa e média renda. Esses dados demonstram que mesmo com todos os avanços nas políticas destinadas a adolescentes, ainda há o que se fazer em relação a educação sexual como parceria entre família, escola e sociedade.

Engana-se quem acha que adolescentes aparentemente sem problemas nunca tiveram ou tenham uma vida sexualmente ativa. Por isso é importante informá-los sobre os riscos e consequências de uma gravidez precoce. É muito comum o jovem ter contato com algum tipo de meios contraceptivos, pois atribui a curiosidade nessa fase da vida. A adolescência é um momento em que a pessoa enfrenta limitações e frustrações, havendo com isso a necessidade de mostrar que a gravidez na adolescência traz impactos pra uma vida inteira.

O processo de constituição da maternidade inicia se muito antes da concepção, a partir das primeiras relações e identificações da mulher, passando pela atividade lúdica

¹ Disponível em: <https://amb.org.br/noticias/gravidez-na-adolescencia/>

infantil, a adolescência, o desejo de ter um filho e a gravidez propriamente dita. A experiência da gestação é privilégio das mulheres, somente elas podem e vivenciam esse momento único de suas vidas. Dentre os fatores que contribuíram para a construção desse trabalho estão: o olhar predominante sobre os aspectos físicos durante o período gravídico por parte de alguns profissionais, o número crescente de mulheres jovens grávidas; dentre outros.

Ao mesmo tempo em que se reacende a discussão sobre o assunto, é surpreendente o quão superficial e cheia de preconceitos ele está acontecendo, como se não tivéssemos nunca lidado com uma gravidez na história da humanidade. O debate acerca de gravidez ganhou força, tendo sido noticiado pelos grandes meios de comunicação de forma estritamente parcial.

O governo Federal através da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, por meio da Lei nº 13.798/2019 sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro, tem como objetivo “chamar a atenção sobre gravidez não planejada e para oferecer informação de qualidade às adolescentes e para as mulheres de uma forma geral”. A informação sobre a sexualidade se faz primordial nesse cenário, sendo de relevância a parceria com escolas.

A Semana Nacional de Prevenção da gravidez na adolescência que teve como lema "Adolescência primeiro, gravidez depois - tudo tem o seu tempo", traz em todo o país a responsabilidade dos governos em tratarem desse tema de forma a ampliar os conhecimentos e as consequências da gravidez durante esse período, levando aos jovens informações acerca da prevenção e da sexualidade, de forma a expor suas dúvidas e receios.

A orientação através da escola traz um papel essencial sobre sexualidade, o que se aprende nas escolas sobre orientação sexual pode ser realmente absorvido de maneira eficaz. A escola precisa capacitar-se para agir de maneira mais eficaz dentro do seu próprio contexto e também na comunidade, trabalhando de forma integrada com as famílias e favorecendo subsídios para que estas apresentem condições de responder às necessidades dos adolescentes. Um fator importante de ser lembrado é que a gravidez na adolescência não pode ser reduzida ao único significado, ou seja, de ser problema, ocasionando uma visão, por vezes preconceituosa.

No que se refere à Política de Assistência Social, através dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS, que desenvolvem através de grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos- SCFV informações de prevenção à gravidez precoce e também de doenças sexualmente transmissíveis e demais assuntos pertinentes a esse grupo, mesmo com tantas políticas de prevenção ocorridas em escolas e equipamentos assistenciais, como

CRAS o número de adolescentes em situação de gravidez ainda é bastante recorrente no país, onde muitas vezes procuram uma “liberdade”, sendo enxergada a partir da ideia de uma gravidez e a saída da casa de seus pais ou responsáveis, mas essa estratégia acarreta várias consequências, como o aumento de problemas decorrentes da responsabilidade em criar um filho, tais índices só podem diminuir quando houver um conjunto de ações em parceria com políticas, de educação, saúde e assistência, onde o Estado assuma seu papel de compromisso com tal realidade e não apenas se preocupe em minimizar a situação para satisfazer pesquisas que venham a constituir elementos positivos apenas no campo quantitativo.

CAPÍTULO III: DELINEAMENTO METODOLÓGICO E ANÁLISE DAS REPERCUSSÕES DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Para realização da pesquisa utilizou-se os procedimentos metodológicos que se fazem necessários, pois auxilia no momento da análise da realidade permitindo uma apuração mais sistemática dos fatos, através de métodos que proporcionam a resolução de questões em debate. Segundo Demo (2009; p. 22) “a metodologia é exatamente o estudo dos caminhos e dos instrumentos utilizados para se fazer ciência, uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa”. Sendo de campo e bibliográfica que segundo GIL (2010) a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado como o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto.

Desse modo a metodologia desenvolvida utilizou-se da pesquisa teórico-conceitual classificada como pesquisa bibliográfica, através da pesquisa seletiva com o objetivo de explorar os textos escolhidos e procurar informações específicas no que tange ao objeto de pesquisa e de campo a qual proporcionou uma investigação empírica, possibilitando a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa.

Abordagem qualitativa se fez necessária por ser melhor reflexões dos pesquisadores sobre suas ações e observações no campo, seus sentimentos e impressões tornam-se dados em si mesmos, o que vai constituir parte da interpretação, parte da ideia de que existe uma relação entre o sujeito em estudo com a realidade do mundo Para Minayo (2010)

Responda a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como a parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (p. 21)

Utilizou-se também da pesquisa descritiva baseando-se em Gil (2007) As pesquisas desse tipo tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis (p. 44). A pesquisa

exploratória foi utilizada como objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

3.2 ANÁLISE DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DOS AVANÇOS NAS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO A ADOLESCENTES NO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NESSE CONTEXTO

Vive-se as contradições de um modelo de Estado Neoliberal, onde a pobreza, o desemprego, a exclusão, a violência e as desigualdades sociais crescem demasiadamente. Um Estado de tensões sociais que colocam em conflito as necessidades da população em detrimento dos interesses do Estado e suas estratégias adotadas para as políticas sociais. Um sistema baseado em políticas de liberação financeira e comercial para atrair recursos externos a qualquer custo.

O termo exclusão social é uma construção teórica e vem antes da formulação do conceito de vulnerabilidade social, tendo sido utilizado para a distinção de circunstâncias sociais extremas, de marginalidade ou pobreza. Esses elementos postos são imprescindíveis para o desencadear de problemáticas de cunho social, acarretando sérias consequências a camadas consideradas como excluídas, como adolescentes que tiveram a construção de direitos de forma tardia e mesmo com o aparato de políticas existente ainda sobre com o reflexo de tamanha contradição. (SANTOS, 2013)

O estado de exclusão leva em conta diversas caracterizações como um conjunto de situações marcadas pela falta de emprego, de salários, de propriedades, de moradia, de um nível mínimo de consumo; ausência ou dificuldades no acesso a crédito, a terra, a educação, a cidadania, a bens e serviços públicos básicos.

Então, compreende-se que, adolescentes assim como as famílias sofrem com a desigualdade social, fruto do sistema capitalista². Uma vez que este está dividido entre classe burguesa e classe proletária, como já explicado anteriormente. Na atual conjuntura Brasileira econômica, percebe-se que a grande massa esta sendo severamente prejudicadas pela política

² O Sistema Capitalista segundo Silva (2009) vem revolucionando a história da humanidade até os dias atuais percebendo que sempre quando um de seus modelos entra em crise, nasce um novo estágio ainda mais perverso, porém, quem mais sofre as consequências destas mutações das crises do capital são os sujeitos fragilizados e necessitados de meios capazes de minimizar suas condições de vulnerabilidades, onde ao passo que o capital supera essas crises os investimentos sociais são minimizados.

econômica, prevalecendo à ordem econômica e não a social, o que significa a supervalorização das políticas econômicas em detrimento das políticas sociais.

A prioridade relacionada a assistência e proteção direcionada ao adolescente não é mais tida apenas como obrigação específica do Estado e da sociedade, mas, principalmente, da família, porque elementos como preservação da vida, da saúde e do lar, a ternura e a total dedicação com amor são subsídios mais importantes em relação as tarefas de cunho administrativo que desempenhadas pelo Estado e acatadas pela sociedade e pela família.

Mesmo com todos os avanços referentes à garantia de políticas destinadas a crianças e adolescentes, anualmente cerca de 18% dos brasileiros nascidos são filhos de mães adolescentes. Em números absolutos isso representa 400 mil casos por ano, apontam dados da Associação Médica Brasileira (2019). Esses dados refletem uma realidade vivenciada no país, onde muitas adolescentes engravidam precocemente, mesmo com tanta facilidade de informações postas diariamente, em meios de comunicação e mídia.

A evidência empírica mostra que entre os fatores associados à maternidade precoce encontram-se as características do lar da adolescente: a renda dos pais, os níveis de educação deles e a condição de pobreza da família. Porém, também há fatores contextuais relevantes, como o acesso a uma educação sexual integral, aos diferentes métodos de planejamento familiar e, mais que nada, à garantia do exercício de direitos. (p. 13)

Contata-se vários elementos que podem desencadear a gravidez precoce nessa faixa etária, a renda muito baixa das adolescentes reflete um dos fatores da vulnerabilidade econômica que traz grandes repercussões na vida dessas, a desestrutura familiar também se apresenta como um forte indício sendo um dos subsídios relevante, pois a família tem representação primordial na formação desses indivíduos durante essa fase.

As políticas e os programas direcionados ao amparo familiar devem, contudo, alcançar seu objetivo, mas o sucateamento dos serviços por conta da influência neoliberal permite a abertura de uma lacuna para essa efetivação de direitos no âmbito familiar e desta com seus filhos, pois não permite muitas das vezes o real sentido de suas necessidades, tendo como refúgio enveredar-se por outros caminhos, que os leve contra as diretrizes da política, que é a proteção e o amparo para manutenção de vínculos familiares.

A falta de repasse de valores em relação a referência familiar também caracteriza evidências de conflito existente entre adolescentes e seus pais ou responsáveis, vários elementos acarretam essa falta de valores, como a questão financeira que ocasiona as sérias consequências geradas pelo alcoolismo, uso de droga e outros problemas de ordem social e educacional. (SANTOS, 2015, p. 33).

Esse fator da gravidez na adolescência é enfatizado como uma expressão da questão social, onde elementos externos, mas que implicam diretamente em suas vidas. Quando engravidam, as adolescentes em sua maioria abandonam a escola e interrompem sua vida escolar, além de afetar psicologicamente a sua formação, tendo que de forma precoce adquirir maturidade e responsabilidade com a criação de uma criança.

Os fatores que levam à gestação nos anos iniciais da vida reprodutiva são de natureza objetiva ou subjetiva, sendo os mais elencados: o desconhecimento dos métodos contraceptivos, a dificuldade de acesso do adolescente a tais métodos, a dificuldade das garotas em negociar o uso do preservativo, ingenuidade, violência, submissão, desejo de estabelecer uma relação mais estável com o parceiro, forte desejo pela maternidade, com expectativas de mudança de status social e de obtenção de autonomia permanecendo, ainda nos dias de hoje, a valorização social da mulher por meio da maternidade, e outros (SILVA, 2016, p. 02).

Uma indagação é posta com a quantidade de adolescentes grávidas no país, mesmo com tanta facilidade de informação e acesso a internet muitas encontram-se nesse contexto de gravidez precoce, sendo a informação primordial no combate e prevenção, além da parceria família e escola. A busca pela informação torna os sujeitos, inclusive os adolescentes inseridos num contexto de direitos e principalmente prevenções relacionadas a elementos que permitam a interferência do desenvolvimento de sua vida, como é o caso da gravidez, além de uma melhoria na qualidade de vida, por se estabelecer critérios capazes de torná-los mais sociáveis e detentores de seus direitos de forma a garantir informações pertinentes ao cumprimento de seus direitos.

Segundo o Ministério da Saúde (2006), 36% dos jovens entre 15-24 anos relataram ter tido a primeira relação sexual antes dos 15 anos de idade, enquanto apenas 21% dos jovens entre 25-29 anos tiveram a primeira relação na mesma época. Destes, 20% afirmaram ter tido mais de dez parceiros nas suas vidas e 7% tiveram mais de cinco parceiros no último ano. (SANTOS, PALUDO, 2010, p. 02)

A informação repassada mais cedo é primordial para se evitar uma gravidez nessa fase, pois mesmo havendo facilidade de repasse de informações, na mídia, na internet, algumas meninas e adolescentes possuem dúvidas e também receio de conversar principalmente no meio familiar, por medo de repressão por parte dos pais ou responsáveis.

Quanto mais cedo a informação sobre as consequências de uma gravidez na adolescência mais cedo também às mesmas terão o conhecimento acerca de tamanha responsabilidade que é criar um filho, devendo assim abrir mão de uma etapa muito importante de seu desenvolvimento.

A informação bem como o desenvolvimento de um trabalho multidisciplinar se caracteriza como sendo de extrema importância para a melhoria da qualidade de vida de qualquer pessoa, por disponibilizar informações acerca de direitos no âmbito das políticas sociais, facilitando a inserção na sociedade e na concretização de direitos.

A informação obtida por um indivíduo para se transformar em conhecimento, dialoga com a sua cultura, seus valores e princípios, seu modo de ser e sua maneira de ver e compreender o mundo. O conhecimento, nesse caso, é subjetivo (inerente ao sujeito), mas ao mesmo tempo social, pois o ser humano interage com o mundo que o circunda, modificando-o e sendo por ele modificado. (OLIVEIRA; ALVARES, 2009, p. 05).

As ações de cunho assistencial são imprescindíveis para reafirmação de direitos nesta fase, onde se devem desenvolver ações principalmente no âmbito da prevenção contra gravidez na adolescência, para isso o Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, sendo um equipamento da Política de Assistência Social traz atividades através de grupos para auxiliar nesta prevenção. As escolas também são responsáveis pela disseminação de informações e reprodução de atividades para a prevenção da gravidez precoce, por meio de ações de cunho informativo sobre educação sexual.

As adolescentes grávidas ficam impossibilitadas de continuar e concluírem sua formação educativa e acabam por diminuir o rendimento escolar ou até abandonar os estudos o que é muitas vezes inevitável. O abandono às escolas deve-se a nível social e econômico que a maioria das adolescentes se encontra quando estão grávidas, pois elas não têm por sua vez com quem deixar a criança e voltar a sua rotina e vida educativa normalmente.

É provável que venham a ter piores trabalhos e rendimentos mais reduzidos no futuro. Na realidade, o baixo nível de formação e a inexistência ou escassa experiência profissional,

aliadas às responsabilidades parentais (inalienáveis), aumentam a possibilidade de não encontrarem trabalho ou de que este seja mal pago.

Assim sendo, dar-se o início das relações sexuais na adolescência, na qual deve ter uma análise e atenção para os fatores sócios demográficos e, sobretudo a questão cultural. Nesta linha de ideias, para muitos adolescentes, sobretudo de meios rurais a gravidez é considerada, na maior parte das vezes como ideal de vida, pois é um ritual de passagem da fase jovem para adulta.

Dessa forma, o processo requer a retirada da escola e a entrada no mercado de trabalho. Assim a gravidez na adolescência pode ser uma gravidez programada pela determinação do casal, ou adiantada por uma falha no método de contraceção.

Para os médicos, a gravidez de adolescentes é muito arriscada, tanto para mãe quanto filho, pois os ossos e estrutura não estão completamente formados e as consequências ao corpo podem ser sérias. Acarreta em consequências psicológicas e fisiológicas, pois uma gravidez na adolescência é de muita preocupação.

O quadro abaixo apresenta a organização das ideias e dos principais autores que retratam a análise da temática.

QUADRO I:

O termo exclusão social é uma construção teórica e vem antes da formulação do conceito de vulnerabilidade social, tendo sido utilizado para a distinção de circunstâncias sociais extremas, de marginalidade ou pobreza.	SANTOS, 2013
Os adolescentes assim como as famílias sofrem com a desigualdade social, fruto do sistema capitalista. Uma vez que este está dividido entre classe burguesa e classe proletária.	SILVA, 2009
A informação obtida por um indivíduo para se transformar em conhecimento, dialoga com a sua cultura, seus valores e princípios, seu modo de ser e sua maneira de ver e compreender o mundo. O conhecimento, nesse caso, é subjetivo (inerente ao sujeito), mas ao mesmo tempo social, pois o ser humano interage com o mundo que o circunda, modificando-o e sendo por ele modificado	OLIVEIRA; ALVARES, 2009
Os fatores que levam à gestação nos anos iniciais da vida reprodutiva são de natureza objetiva ou subjetiva, sendo os mais elencados: o desconhecimento dos métodos contraceptivos, a dificuldade de acesso do adolescente a tais métodos, a dificuldade das garotas em negociar o uso do preservativo, ingenuidade, violência, submissão, desejo de estabelecer uma relação mais estável com o parceiro, forte desejo pela	SILVA, 2016

maternidade, com expectativas de mudança de status social e de obtenção de autonomia permanecendo, ainda nos dias de hoje, a valorização social da mulher por meio da maternidade, e outros.	
Os avanços referentes à garantia de políticas destinadas a crianças e adolescentes, anualmente cerca de 18% dos brasileiros nascidos são filhos de mães adolescentes. Que engravidam precocemente, mesmo com tanta facilidade de informações postas diariamente, em meios de comunicação e mídia.	Associação médica Brasileira (2019) replica números absolutos em 400mil casos/ano
Há um sucateamento por conta da influência neoliberal em todas as políticas que proporciona um maior esvaziamento também das relações e outros problemas de ordem social e educacional.	(SANTOS, 2015, p. 33).
São alterações imprescindíveis ao atendimento das novas necessidades e provocam impacto no cotidiano familiar.	(HOGA, BORGES, 2010)

Fonte: Primária, 2020.

O segundo quadro apresentou os problemas elencados pelos adolescentes como desencadeantes ou fatores da gravidez precoce.

QUADRO II:

O desconhecimento dos métodos contraceptivos, a dificuldade de acesso do adolescente a tais métodos, a dificuldade das garotas em negociar o uso do preservativo, entre outros.	
Relacionamentos líquidos	
Há repressão e falta de diálogo no seio familiar e relações	(FREGUGLIA; FONSECA, 2007)
Aventurar-se em relações casuais apenas para comprovação da sua experiência sexual e pertencer ao grupo “descolado” como se isso significasse a liberdade	SANTOS (2015)
Tratam a ausência de uma perspectiva profissional futura, associada à escolaridade errática fomenta a recaída da gravidez na adolescência e impede a reconquista e concomitante da questão escolar. Diante disto, a gravidez na adolescência tem criado o funcionamento rotineiro escolar constrangedor, pois traz problemas específicos na maior parte das vezes incompatíveis com as regras do sistema educativo, uma vez que as escolas não estão em condições em termos de estrutura física e equipamentos, nem no que concerne a apoios e aconselhamento psicológico para fazer em face de tal situação.	TEXEIRA, 2010

A erotização dos corpos recém formados através de uma mídia nas músicas, vestimentas etc.	BARBOSA, MATOS E COSTA (2011)
Identidade pessoal se refere às impressões que uma pessoa tem dela mesma. Não se trata de questões de matéria, ou seja, apenas da corporeidade. Identidade tem mais a ver com aquilo que a pessoa pensa que é, ou aquilo com que se identifica. A identidade afeta o modo como as pessoas se sentem e como se comportam em situações desafiadoras.	(FREGUGLIA; FONSECA, 2007, p. 33)

Fonte: Primária, 2020.

Este cenário também é identificado através das relações do jovem com a construção de sua própria identidade. A partir desta construção da própria identidade, surgem então os conflitos, com a família, dentre eles a gravidez precoce, ou podem tendem a diminuir, dependendo da relação deste com sua família.

Por isso, se coloca que a construção da educação dentro de casa e o diálogo se fazem imprescindíveis, principalmente no que se concerne a fase que é considerada mais difícil de lidar através de um bom relacionamento, envolvendo: adolescentes, pais, e irmãos e outros familiares.

Identidade pessoal se refere às impressões que uma pessoa tem dela mesma. Não se trata de questões de matéria, ou seja, apenas da corporeidade. Identidade tem mais a ver com aquilo que a pessoa pensa que é, ou aquilo com que se identifica. A identidade afeta o modo como as pessoas se sentem e como se comportam em situações desafiadoras. (FREGUGLIA; FONSECA, 2007, p. 33)

Com isso, pode-se buscar um aperfeiçoamento pessoal, baseado na relação família adolescente podendo tornar as mesmas pessoas cada vez melhores, e capazes de encontrarem sua identidade baseada em uma boa relação com o meio familiar e social.

A constituição da identidade pessoal ocorre na relação do indivíduo e sua relação com outros indivíduos, baseada principalmente no contexto social. A adolescência é uma fase de alterações hormonais, mudanças comportamento desejos, sonhos que acabam por dificultar no processo de socialização e construção da personalidade, já que durante essa fase os adolescentes sofrem bastante influência do meio em que vivem, principalmente de outros adolescentes, passando com isso a se submeterem a mudanças como o próprio afastamento do convívio familiar.

Começando pelo fato da maioria das adolescentes não esperar ou desejar ter um filho, além dos conflitos familiares, por sua vez desentendimentos com o pai do bebê e possível rejeição de círculos sociais são consequências que podem trazer várias sequelas à mãe, incluindo as temíveis recusas ao bebê e depressão pós-parto.

Constata-se que as mesmas não tem noção de que responsabilidade é ter um filho, ainda que numa fase tão delicada e frágil como a adolescência, para tanto não enxergam a ideia de serem mães através de uma totalidade, mas apenas de uma maneira geral, onde se verifica com isso a falta de maturidade e experiência em relação ao caso. Mesmo estando grávidas as adolescentes não possuem ainda amadurecimento suficiente em relação ao universo de ser mãe.

A ocorrência da gravidez e o conseqüente nascimento de uma criança na família demandou muitas adaptações, que foram necessárias no aspecto financeiro, no local de moradia e de trabalho. Foram alterações imprescindíveis ao atendimento das novas necessidades e provocaram impacto no cotidiano familiar. (HOGA, BORGES, 2010, p. 04)

Esse novo cenário posto nesse contexto familiar dispõe muitas realidades no Brasil, caracterizado por meninas com sua adolescência interrompida por conta de uma gravidez precoce advinda muitas vezes de relacionamentos não duradouros, passando a serem mães solteiras, mesmo felizes elas tem noção de que não será fácil, pois enxergam na própria família tamanha dificuldade posta devido as vulnerabilidades sociais enfrentadas.

Com o objetivo de minimizar as consequências desse cenário, o Assistente Social busca através de suas funções concretizar os direitos das adolescentes, por meio de acompanhamento na escola e nas instituições de cunho assistencial, como o Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, o funcionamento em forma de encontros, oficinas, seminários, debates e exposições, contará com a participação de profissionais multidisciplinar lotados nas secretarias municipais da gestão local, com intuito de propiciar a inclusão social segundo as LOAS.

Verificar os temas a ser abordados; a importância do pré-natal; cuidados na alimentação (fazer com que elas compreendam a importância do aleitamento exclusivo para o bom desenvolvimento da criança); conscientizando sobre os malefícios do tabagismo e métodos contraceptivos; parto normal/ humanizado, autoestima, controle da depressão pós-parto; relações de afeto, relações interpessoais, convivência familiar e comunitária, além dos cuidados de higiene e a sustentabilidade familiar.

Com isso inserido no contexto de enfrentamento a diversas problemáticas advindas da questão social contra crianças e adolescentes, deve desenvolver ações e atribuições dentro de suas respectivas especialidades com a finalidade de amparar e buscar através de suas atribuições em consonância com as diretrizes da profissão, combater esse sistema em que exclui, buscando o aprimoramento de programas, políticas e projetos, que saltem do papel e se abriguem na realidade posta na vida de sujeitos que necessitam de amparo e proteção.

As ações do Serviço Social são destinadas ao enfrentamento das realidades sociais, sejam elas nos mais diversos setores, buscando interferir sobre as circunstâncias de vulnerabilidade e risco social, colaborando para uma análise e trabalho completa que vai mais a frente da demanda exposta. Traz em seus principais meios de operacionalização de atividades a busca pela transformação de realidades onde se verifica a violação de direitos, este profissional vem reafirmar em suas funções através de concessão de benefícios, orientações e encaminhamentos, a inserção de seus usuários nas políticas sociais, a fim de oferecer aos mesmos uma condição de existência caracterizada de forma positiva.

Deve-se ter em mente que a atuação do Assistente Social no sentido de assegurar a criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à educação, à cultura, aos direitos humanos, ao respeito e a importância da convivência familiar e comunitária, visando o afastamento próprio de toda forma de violência, negligência, exploração e crueldade, articulando as ações implementadas pelo Estado, pela família e a comunidade para que, de fato, possa ser posto em prática os planejamentos sociais das políticas públicas.

Em que pese o avanço legislativo e o alcance da concepção garantista acerca da proteção da criança e do adolescente e da afirmação de seus direitos, e mesmo diante da prioridade absoluta, do tempo presente e do estado de urgência das necessidades a serem atendidas – criança: seu nome é hoje!⁵⁸ -, conhecemos e sentimos que a atual situação dos direitos da criança e do adolescente brasileiros, entendidos como sujeitos credores de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (art. 3º, ECA) (SANTOS, 2009, p. 20)

Cabe salientar, diante do exposto, contemplam no que tange a inclusão social dessas adolescentes e suas famílias, possibilitando o acesso as políticas sociais, prevenindo assim a exclusão social e efetivando seus direitos sociais, esses garantidos pela lei. Tentando ainda desenvolver um sentimento de pertença e convivência comunitária. Se faz notório também o desenvolvimento da autonomia e empoderamento como parte de um resultado de inclusão destes que vivem em situação de vulnerabilidade, na sociedade.

Há um consenso nacional e internacional de que o caminho mais eficaz para a resolução das violações de direitos de adolescentes é o desenvolvimento de políticas públicas básicas, preventivas e que evitem situações de risco, considerando as características próprias dos adolescentes e para a organização do grupo familiar e social dos quais a família participa. As ações devem incentivar e capacitar para a participação e o controle social.

Os autores Dias e Teixeira (2010) tratam a ausência de uma perspectiva profissional futura, associada à escolaridade errática fomenta a recaída da gravidez na adolescência e impede a reconquista e concomitante da questão escolar. Diante disto, a gravidez na adolescência tem criado o funcionamento rotineiro escolar constrangedor, pois traz problemas específicos na maior parte das vezes incompatíveis com as regras do sistema educativo, uma vez que as escolas não estão em condições em termos de estrutura física e equipamentos, nem no que concerne a apoios e aconselhamento psicológico para fazer em face de tal situação.

Muitos professores, familiares, até mesmo a própria adolescente não tem estrutura física e psicológica para lidar com a situação, que por sua vez leva-se em conta as mudanças fisiológicas, psicológicas e económicas por que passam e acabam por deixar de lado os estudos. Outro elemento primordial relaciona-se as mudanças postas as funções e visibilidades postas ao corpo humano e deste relacionado a mídia e a erotização, fazendo com que as adolescentes se envolvam e adentrem precocemente na vida sexual pela perspectiva idealizada nas redes sociais. A erotização dos corpos recém formados através de uma mídia nas músicas, vestimentas etc.

A historicidade relacionada ao corpo humano remete-se a própria história da civilização, onde segundo Barbosa, Matos e Costa (2011):

A história do corpo humano é a história da civilização. Cada sociedade, cada cultura age sobre o corpo determinando-o, constrói as particularidades do seu corpo, enfatizando determinados atributos em detrimento de outros, cria os seus próprios padrões. Surgem, então, os padrões de beleza, de sensualidade, de saúde, de postura, que dão referências aos indivíduos para se construírem como homens e como mulheres. (p. 24)

A contextualização das funções corporais foi se modificando de acordo com os tempos e as formas pelas quais foram enxergadas de acordo com novas composições apresentadas conforme mudanças sociais, físicas e de imagens por ele representada. Além de sentirem a necessidade segundo Santos (2015) de estarem inseridos em pequenos grupos que os façam descolados e em conseguir algum objeto de desejo e pela falta de condições financeiras os

mesmos cometem algum delito, a vulnerabilidade e a falta de condições necessárias induz o adolescente e enveredar-se no mundo do crime, a fim de se afirmar como sujeito capaz de se inserir no mundo do consumo, onde o tênis e a roupa da moda são necessários para se tornarem inseridos socialmente em um determinado grupo, percebe-se com isso que o reparo dessa condição vem de longe, onde o sucateamento das políticas sociais não permite muitas vezes a mínima condição de existência digna para maioria da população.

A gestação de adolescentes é um dos fatores que causou a ausência e o afastamento da escola, trazendo transtornos e preocupações efetivamente, professores, pais e jovens consideram que a gravidez, neste momento da vida, diminui as oportunidades da adolescente e dificulta no aprendizado ou mesmo, impossibilita aproveitar as experiências que a juventude poder-lhe-ia proporcionar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar-se do trabalho em questão têm-se uma análise acerca da contribuição do Serviço Social para sensibilizar sociedade civil, Estado, familiares e o grupo alvo sobre os impactos do problema da gravidez precoce para os jovens, e assim abrir uma discussão sobre os desafios que o adolescente pode enfrentar com uma gravidez precoce, de modo a envolvê-los com o processo decisório de mudar a maneira de agir e se prevenir para evitar uma gestação não planejada.

Suas hipóteses inicialmente levantadas estavam em torno de questionamentos que tratavam de elementos para diminuição de dados sobre a gravidez precoce, sendo atreladas aos seguintes indagações: Através de aumento nas políticas de educação sexual? Pelo aumento da participação da família no processo de educação sexual de adolescentes? Através de investimento maior nas escolas e instituições de trabalhos sociais?

Faz-se imprescindível o papel da família, visto que ainda se encontra como tabu assuntos relacionados a sexualidade, sendo que a família deve orientar melhor as adolescentes em relação a sua vida sexual, transformando o repasse de informações sobre o assunto, em conversas e orientações que os elevem a confiar em seus pais ou responsáveis, podendo assim entrada na vida sexual de uma maneira mais responsável.

Apresentou ainda nas discussões um questionamento em relação a investimentos em escolas e instituições de trabalho social, devendo haver sim por parte do governo um investimento no social e na política de educação, visto que são elementos primordiais de garantia de direitos a adolescentes, onde na falha não de execução, mas de investimentos para desenvolvimento de atividades por falta de recursos, permite uma lacuna que se traduz em aumento no índice de adolescentes em situação de gravidez precoce.

Observou-se que as mesmas não possuem maturidade suficiente em relação a tamanha responsabilidade que é a criação de um filho, visto que sofrem em grande parte rejeição da família inicialmente, além de algumas residirem com seus familiares e não com o pai da criança, contribuindo para formação de novos arranjos familiares, onde tais crianças passarão a conviver com mãe e avós, constituindo uma demonstração de falta de planejamento em relação a gravidez.

Para a minimização dos impactos trazidos na gravidez precoce, os Assistentes Sociais desenvolvem suas atribuições através de palestras com repasse de informações acerca de prevenção e demais assuntos relacionados a sexualidade na adolescência, além do acompanhamentos nos grupos de convivência ocorridas nos CRAS para retirar dúvidas acerca

de pré-natal por meio de parcerias com palestras e rodas de conversa que ocorrem nos encontros, o papel do Assistente Social deve ir além do acompanhamento, os mesmos devem buscar a efetivação dos direitos das adolescentes com o intuito de inseri-las no meio social e educacional e conseguirem vivenciar a etapa da adolescência com qualidade de vida.

Para tanto como sugestão a essa problemática deve haver maior investimento as políticas direcionadas a família, a fim de permitir um fortalecimento de vínculos familiares permitindo uma melhor orientação a respeito da entrada na vida sexual, além de disseminar e investir mais recursos a fim de amparar mais escolas e instituições de cunho social que tem como demanda as adolescentes.

Este estudo monográfico se apresenta como forma de revisitar a atuação do Assistente Social e entendimento de sua intervenção no enfrentamento e sensibilização do posicionamento da família e da sociedade, se utilizando das estratégias e diminutas políticas para combater o aumento no número de adolescentes grávidas. Sua contribuição se estende a nível acadêmico onde fornece subsídios para futuras pesquisas, no meio social como mecanismo para estratégias de diminuição de casos decorrentes de gravidez precoce

REFERÊNCIAS

_____. BRASIL. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Política Nacional de Assistência social.** Brasília, 2000.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRAVO, Ivonete. **Políticas de desenvolvimento econômico e implicações para as políticas sociais / EconomicDevelopment Policies andImplications for Social Policies.** (2009).

CASTEL, Soares SM. **Oficinas sobre sexualidade na adolescência: revelando vozes, desvelando olhares de estudantes do ensino médio.** 1998. Disponível em: www.sexualidadenaadolescencia.pdf.br acesso em: 22/05/ 2020 as 09:23.

DEMO, Amado. **Metodologia científica.** São Paulo: MC Graw-Hill do Brasil, 1976. P 65-70.

GIL, Maria de Souza. **Metodologia e trabalho científico;** 2006. Disponível em: www.trabalhoscientificas.2vn.pdf Acessado em: 20\07\2014

GROISMANN, Sérgio CIF, et al. **Riscos ocupacionais na infância e adolescência: uma revisão.** *Jornal de Pediatria*, [S.l.], v. 72, n. 4, p. 203-8, 2010.

LIBERATI, Jose Cláudio Sooma. Foucault e as relações de poder: o cotidiano da sociedade disciplinar tomando como uma categoria histórica. In: revista Aulas- Dossiê Foucault, n.3, Dezembro 2003. Disponível: <http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/16.pdf>.

MEYER, Cláudia; SOARES; Vantoir .**Construção social do conceito de infância** 2004. Disponível em: www.periodicos.udesc.br_Acesso em: 20/05/2020 as 08:29

MINAYO, M. C. S; COIMBRA, J. C. E. A. **Metodologia do Trabalho científico.** Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2002, p.1-210.

MOURA, Jaccound. **Políticas sociais acompanhamento e análises.** 2014. Disponível em: www.adolescenciaepoliticassociais.com.br acessado em 12/05/2020 as 09:22.

MULLER, Jose Cláudio Sooma. Foucault e as relações de poder: o cotidiano da sociedade disciplinar tomando como uma categoria histórica. In: revista Aulas- Dossiê Foucault, n.3, Dezembro 2002. Disponível: <http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/16.pdf>.

OUTEIRAL, Irizeuda. **Concepção de infância; uma busca pela trajetória do legalizado.** 2008. Disponível em www.histedbr.fe.unicamp.br_Acesso em 20/05/2020 as 09:30.

PRIORI, L. **Gravidez na Adolescência: um estudo com as mães usuárias do centro comunitário e social** Dorcas do município de Toledo – PR. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Centro de Ciências Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus – Toledo, 2008.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SAITO, M. I.; SILVA, L. E. V.; LEAL, M. M. (Coord.). **Adolescência: prevenção e risco**. São Paulo: Atheneu, 2001b. p. 33-38.

SANTOS, E. **S origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 17ª Edição. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2015.

SANTOS, L. M., Goldberg. **Abortamento na adolescência: um estudo epidemiológico**. 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1201-1208.

SANTOS, R. A. B. **Gravidez na Adolescência: aspectos sociais e psicológicos**. Curvelo, MG. Disponível em: <<http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2330.pdf>>.

SILVA, Ailton. O laboratório de Apoio a pesquisa histórica da criança e adolescente. 2016. Disponível em: www.snh2011.anpuh.org

SILVA, I., Marques. **Gravidez e maternidade na adolescência: Um estudo longitudinal**. 2011. Em M. C. Canavarro (Ed.), *Psicologia da gravidez e da maternidade* (pp. 359-407). Coimbra: Quarteto Editora.

SINGLY, Jacinto Santos. **Fundamentos de uma sociologia do cotidiano**. Sociabilidades. São Paulo, v.2, pp.129-134, 2000.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Situação mundial da infância 2011**. Brasília (DF): Escritório de Representação UNICEF no Brasil, 2011. Disponível www.ministeriodasaudeegravideznaadolescencia.pdf.br Acessado em: 22\06\2020.

VERONESE, Terezinha de Jesus; OLIVEIRA, Nascimento Martins. HEILBORN Maria Luiza Heilborn. **Gravidez na adolescência e fatores de risco entre filhos de**

Mulheres nas faixas etárias de 10 a14 e 15 a 19 anos em Juiz de Fora, MG. 2008. Disponível em: www.gravidezadolescencia.vn23.pdf Acessado em: 23\06\2020 as 09:45.

VIEIRA, Santos. **Adolescência e gravidez**, 2001. Disponível em: www.ministeriodasaudeegravideznaadolescencia.pdf.br Acessado em: 22\04\2020.

YAZLLE, M. E. H. D. **Gravidez na adolescência**. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 28, n. 8, p. 443- 445, 2006. Disponível em: https://www.unicef.org.brazil/pt/br_sowcr11web.pdg. Acesso em: 28 set. 2017.